

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Formulário de Referência Conforme Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”)

Data base: 31 de dezembro de 2017

10. Comentários dos diretores:

10.1. Comentários sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 a Companhia registrou, respectivamente, lucro de R\$ 36.738 Mil, prejuízo de R\$ 15.691 Mil, prejuízo de R\$ 60.292 Mil. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 25.468 Mil, R\$ 17.091 Mil e R\$ 5.566 Mil, nos mesmos períodos.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em sua geração de caixa.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os recursos necessários para capital de giro e aplicação em ativos não-circulantes são gerados pela própria atividade operacional, como também, captados em instituições financeiras com as quais a companhia mantém negócios. As operações com instituições financeiras são provenientes de linhas de repasse BNDES, Leasing e FINEP.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além das modalidades de créditos mencionadas no item anterior, a Companhia dispõe de outras linhas de crédito ofertadas pelos bancos, dentre elas temos: ACC, ACE, CDC, CCB. A companhia também está exercendo esforços em busca de linhas de financiamento de longo prazo, que permitam o alongamento geral de seu perfil de endividamento, visando com isto uma melhor condição de caixa.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Modalidade	Juros mensal	Garantias	31/12/2017	31/12/2016
Capital de Giro	0,49%+100% do CDI	Duplicata/Hipoteca	11.278	15.439
ACC	16,63% ao ano	Aval	1.277	802
ACE	10,43% ao ano	Aval	1.080	-
Conta Garantida	1,4% ao mês	Duplicata	679	1.283
Empréstimo	0,59% ao mês + TJLP	Hipoteca	2.114	1.632
Finame/Finep	0,29% ao mês + TJLP	Alienação Fiduciária	273	732
Prodec	2% ao ano		3.825	5.001
Limite	13,44% ao mês		53	96
Total de empréstimos e financiamentos			20.579	24.985
Circulante			16.199	20.047
Não circulante			4.380	4.938

Por data de vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Em até 6 meses	13.457	16.648
De 6 meses a 1 ano	2.742	3.399
De 1 a 2 anos	3.505	4.933
De 2 a 3 anos	875	5
Total de empréstimos e financiamentos	20.579	24.985

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições impostas ao emissor.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

No exercício de 2017 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R\$ 122.529 mil, contra R\$ 109.031 mil em 2016, apresentando, portanto, um aumento de 12,38%.

As vendas internas atingiram R\$ 103.509 mil, o que representou 84,48% da ROL, representando um aumento de 12,87% em relação a 2016. As vendas externas totalizaram R\$ 19.020 mil, atingindo 15,52% da ROL, importando num aumento de 9,79%, comparado ao desempenho de 2016.

O resultado líquido da Companhia ficou positivo em R\$ 36.738 mil, representando 29,98% da ROL. Em 2016 a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 15.691 mil, equivalente a -14,39% da ROL.

Como resultado dos efeitos apresentados anteriormente, o EBITDA ficou positiva em R\$ 25.468 mil, com aumento de 49,01% sobre o resultado obtido em 2016. A margem do EBITDA atingiu 20,79%, 5,1 pontos percentuais acima daquela observada do ano anterior. O indicador EBITDA está adequado a instrução CVM 527 de outubro de 2012, inclusive nas bases comparativas. A adequação não originou diferenças significantes no resultado e históricos apresentados.

Ativo Circulante

O ativo circulante apresentou um aumento de 115,19% (R\$ 35.535 mil) em 2017, comparativamente a 2016, destacando-se os impostos a recuperar, as contas a receber e estoques que juntas aumentaram o ativo circulante em R\$ 35.396 mil.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante apresentou uma redução de 3,22% (R\$ 4.373 mil), motivado pela baixa de ativos imobilizados registrada no período de 2017.

Passivo Circulante

O passivo circulante teve uma redução de 3,36% (R\$ 5.179 mil) em 2017, em comparação a 2016. Esta redução se deve principalmente a redução dos empréstimos e financiamentos, das obrigações sociais e trabalhistas e das obrigações tributárias no valor de R\$ 40.683 mil. Em contra partida, houve um aumento nos parcelamentos tributários no valor de R\$ 35.934 mil.

Passivo não Circulante

O passivo não circulante apresentou uma redução de 0,49% (R\$ 397 mil), sendo atribuído a redução no valor de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 558 mil, por amortização da dívida com instituições financeiras.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 2017, ficou negativo em R\$ 31.747 mil, contra R\$ 68.485 mil em 2016, decorrente do lucro registrado no exercício de 2017.

10.2. Comentários sobre:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O segmento automotivo, principalmente, o mercado de montadoras de caminhões teve uma melhora no desempenho no ano de 2017, registrando um aumento de 20,75%, e, em contra partida a Companhia registrou uma redução nas vendas para o mercado ferroviário de 19,88%.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2017 os principais índices de compras de matérias-primas tiveram as seguintes variações e que influenciaram no CPV:

- Energia Elétrica: 6,58%
- Matéria Prima Usinagem: 3,08%
- Matéria Prima Fundição: 2,98%

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Salvo os impactos pela variação cambial das exportações, as receitas não tiveram impacto acentuado por conta das modificações dos preços. O faturamento foi mantido pelos volumes fabricados e vendidos durante o exercício.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Além dos efeitos mencionados anteriormente, não houve majoração significativa dos insumos dos produtos fabricados.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10.4. Comentários sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores, somente ênfases.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2017:

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB .

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2017 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 82.491 mil (R\$ 123.205 mil em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 31.747 mil (R\$ 68.485 mil em 31 de dezembro de 2016). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto

do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

. Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 82.491 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 31.747 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação no mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2017), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2016 e 2017, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 19.387 mil (R\$ 17.570 mil em 31.12.2016). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 914 mil (R\$ 1.219 mil em 31.12.2016). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua

situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 187 mil (R\$ 940 mil em 31.12.2016). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado possa ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 10, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 102.079 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contém premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 14, 15 e 16, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento, bem como, diversos tributos parcelados junto a Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 167.968 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

. Consolidação programa de recuperação fiscal

Conforme descrito na nota explicativa 16, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

. Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2016:

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB .

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2016 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 123.205 mil (R\$ 105.139 mil em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também

apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 68.485 mil (R\$ 52.794 mil em 31 de dezembro de 2015). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 123.205 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 68.485 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação do mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2016), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2016, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 17.570 mil (R\$ 19.508 mil em 31.12.2015). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 1.219 mil (R\$ 1.657 mil em 31.12.2015). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 940 mil (R\$ 917 mil em 31.12.2015). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado, possam ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de

indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 10, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 106.681 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contém premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 14, 15 e 16, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento, bem como, diversos tributos parcelados junto a Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 171.121 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Consolidação programa de recuperação fiscal

Conforme descrito na nota explicativa 16, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2015:

Ênfase

Nível de endividamento

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2015 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 105.139 mil. A Companhia também apresenta Patrimônio a Descoberto no valor de R\$ 52.793 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa nº 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Consolidação programa de recuperação fiscal

Como descrito na Nota Explicativa nº 16, a Companhia aderiu a programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva Nota Explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

1.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

1.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

1.3 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

1.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

1.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

1.6 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "*impairment*" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

1.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

1.8 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

1.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

1.10 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

1.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

1.12 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do

arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

1.13 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

1.14 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita

é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

1.15 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
	4%, 7%, 12%, 17% e
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	7,6%
CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	2,5%

1.16 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

1.17 Novos Pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2017

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

- **CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

A Companhia avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 47 terá em suas demonstrações financeiras em 01 de janeiro de 2018, quais sejam:

Descrição	Valor em Milhares de Reais
IR e CS diferidos – Ativo	R\$ 150
Estoques – Ativo	R\$ 408
Contas a pagar – Passivo	R\$ 851
Lucros acumulados – PL	(R\$ 293)

Atualmente as receitas de contratos com clientes elegíveis para fins de CPC 47 referem-se a vendas decorrentes da atividade de fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos que contemplam obrigações pós-vendas, descontos atrelados a performance ou qualquer outra forma de obrigações pós-vendas.

- **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 terá em suas demonstrações financeiras em 01 de janeiro de 2018, quais sejam:

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Contas a receber de clientes – Provisão Para Perdas Esperada	R\$ 778
IR e CS diferidos – Ativo	R\$ 46
Lucros acumulados	R\$ 732

O impacto seria de redução no saldo de Provisão para Perdas no montante de R\$ 778 mil .

- **CPC 16 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil**

Esse CPC, aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estará vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Essa norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob único tratamento contábil, unificando as operações de arrendamentos operacionais e financeiros, ou seja, passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Companhia estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não existem outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2017. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques.

10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não se aplica.

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não se aplica.

- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

- iv. contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.8. Principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos para o ano de 2018 destinam-se essencialmente a adequação dos equipamentos de acordo com a NR 12, inovação e desenvolvimento de novos produtos e aquisição de novos equipamentos. Os valores previstos correspondem a aproximadamente R\$ 7.680 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos previstos para 2018 deverão ser realizados com recursos próprios e financiamentos direto com o fornecedor.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não tem previsão de desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há nenhum fato a comentar.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Estas divulgações são feitas anualmente nas convenções de vendas que a Companhia realiza internamente, abrangendo os novos produtos que serão disponibilizados para o mercado no transcorrer de cada exercício social, os quais não são divulgadas de forma antecipada para o mercado.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2017 foram investidos R\$ 1.574 mil em P&D.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia adota como política não divulgar de forma antecipada os projetos e produtos que estão em processo de desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2017, totalizaram R\$ 727 mil.

10.9. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores com influências relevantes.

12.5. Administradores e membros do conselho fiscal

Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Cargo Eletivo Ocupado	Data da Posse	Outro Cargo Exercido na Cia.	Membro Independente?
CPF	Profissão	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Eleito por Controlador?	Mandatos Consecutivos
JOÃO STRAMOSK	18/06/1927	Presidente	01/05/2015	Diretor de RI e Diretor Industrial	Não
005.574.809-06	Técnico contábil	30/04/2015	3 anos	Sim	10
CARLOS H. STRAMOSK	05/11/1960	Vice Presidente	01/05/2015	Não há	Não
379.443.809-44	Advogado	30/04/2015		Sim	5
EUGÊNIO C. STRAMOSK	28/11/1959	Membro	01/05/2015	Não há	Não
467.572.529-53	Administrador	30/04/2015	3 anos	Sim	5

Diretoria

Nome	Data de Nascimento	Cargo Eletivo Ocupado	Data da Posse	Outro Cargo Exercido na Cia.	Membro Independente?
CPF	Profissão	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Eleito por Controlador?	Mandatos Consecutivos
LUIS A. STRAMOSK	24/04/1958	Diretor Presidente	01/05/2015	Não há	Não
311.068.469-15	Engenheiro	30/04/2015	3 anos	Sim	3
JOÃO STRAMOSK	18/06/1927	Diretor de RI e Diretor Industrial	01/05/2015	Presidente do Conselho de Administração	Não
005.574.809-06	Técnico contábil	30/04/2015	3 anos	Sim	0

Formação acadêmica e experiência profissional

João Stramosk

É presidente do conselho de administração da empresa desde o ano de 1988, iniciou na Companhia como escriturário no ano de 1947, atuou na área até julho de 1954, após foi promovido a diretor comercial até abril de 1968; sendo eleito, neste mesmo ano, diretor presidente. Sua formação é técnico contábil.

Eugênio C. Stramosk

Iniciou na empresa em 1999, a frente da área de logística e também atuando na gerencia de suprimentos da Companhia. Atualmente é membro do Conselho de Administração. É graduado em administração de empresas e MBA em gestão empresarial pela FGV e pela universidade da Califórnia.

Carlos H. Stramosk

É membro do conselho de administração desde 2003, atuou na empresa também entre os anos de 1978 a 1982 como office boy e auxiliar administrativo. É bacharel em direito e exerce a atividade fora da Companhia de corretor de seguros.

Luís A. Stramosk

Foi eleito diretor presidente em 30 de abril de 2009. Passou por diversas áreas da Companhia, quando iniciou em 1972, como office boy, em 1984, já formado em Engenharia Mecânica, assume o setor de engenharia, em 1986 é promovido a gerente industrial, em 1988 assume sua primeira diretoria, a industrial e em 2003 passa a responder como diretor superintendente e comercial, culminando a presidência, quando assumiu o cargo em 1º de maio de 2009. Nesse ínterim, fez especialização em logística e gestão da qualidade e MBA em gestão empresarial e marketing.

12.6 Membros do Conselho de Administração - Participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Percentual de participação nas reuniões
JOÃO STRAMOSK	100%
CARLOS H. STRAMOSK	33%
EUGÊNIO C. STRAMOSK	33%

12.7. Membros dos comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A Companhia não possui comitês de auditoria, risco, financeiro ou de remuneração.

12.8. Membros dos comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração- Participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

A Companhia não possui comitês de auditoria, risco, financeiro ou de remuneração.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau entre:

Os membros da diretoria e os membros do Conselho de Administração possuem relação de parentesco de 1º grau, em linha reta entre si.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controles mantidos, nos últimos três exercícios sociais, entre administradores da companhia e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia;

Não se aplica.

b) Controlador direto do emissor;

Não se aplica

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes:

Inexistente a relação.

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguros) estabelecendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia não possui apólice de seguro contratada de D&O.

12.12. Outras informações que a companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é fixada pela Assembleia Geral.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração corresponde a contraprestação pelo relevante papel exercido na gestão da Companhia.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria estatutária objetiva contratar e garantir a permanência dos profissionais altamente qualificados na administração da Companhia. A remuneração é composta de pró-labore. O reajuste da remuneração é de acordo com o dissídio aprovado na convenção coletiva de trabalho da categoria.

Diretoria não Estatutária

No que tange a remuneração da Diretoria não estatutária, acompanha as práticas de mercado, identificadas através de pesquisas que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A remuneração é reajustada de acordo com o dissídio aprovado na convenção coletiva de trabalho da categoria.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração / Diretoria Estatutária / Diretoria não Estatutária

Salários e pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por finalidade oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reajustada e definida pela Assembleia. A Assembleia de acionistas não definiu metodologias de

cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar. O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é feita anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua experiência, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

v. existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pela Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é composta somente por parte fixa, portanto, não se aplica indicadores de desempenho.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Descrição	Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de Membros	2017	3	1	4
Salário ou Pró-labore	2017	740.448,00	640.000,00	1.839.087,00
Total da Remuneração	2017	740.448,00	640.000,00	1.839.087,00
Nº de Membros	2016	3	1	4
Salário ou Pró-labore	2016	976.657,00	862.430,00	1.839.087,00
Total da Remuneração	2016	976.657,00	862.430,00	1.839.087,00
Nº de Membros	2015	3	1	4
Salário ou Pró-labore	2015	1.258.233,60	1.182.580,90	2.440.814,50
Total da Remuneração	2015	1.258.233,60	1.182.580,90	2.440.814,50

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia.

- a. **órgão:** Conselho de Administração e Diretoria Estatutária
- b. **número de membros:** 04 (Quatro)
- c. **número de membros remunerados:** 04 (Quatro)
- d. **em relação ao bônus:** Não Aplicável
 - i. **valor mínimo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
 - ii. **valor máximo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
 - iii. **valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas:** Não Aplicável
 - iv. **valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:** Não Aplicável
- e. **em relação à participação no resultado:**
 - i. **valor mínimo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
 - ii. **valor máximo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
 - iii. **valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas:** Não Aplicável

- iv. **valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:** Não Aplicável

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Em relação à remuneração baseado em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações reconhecida no resultado.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

A Companhia não possui opções em aberto.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

A Companhia não possui opções exercidas e ações entregues.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não se aplica.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nome do Acionista	Nº de ações Ordinárias	% Ordin.	Nº de ações Preferenciais	% Pref.	Nº de ações Totais	% Total
JOAO STRAMOSK	308.700	90,00	83.333	34,72	392.033	67,24
EUGENIO CESAR STRAMOSK	6.860	2,00	-	-	6.860	1,18
CARLOS HENRIQUE STRAMOSK	6.860	2,00	-	-	6.860	1,18
TOTAL	322.420	94,00	83.333	34,72	405.753	69,60

DIRETORIA ESTATUTÁRIA						
Nome do Acionista	Nº de ações Ordinárias	% Ordin.	Nº de ações Preferenciais	% Pref.	Nº de ações Totais	% Total
LUIS ANTONIO STRAMOSK	6.860	2,00	-	-	6.860	1,18
TOTAL	6.860	2,00	16.769	6,99	23.629	4,05

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não se aplica.

13.11. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

Valores anuais

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de Membros	3	3	3	1	1	1
Nº de Membros Remunerados	3	3	3	1	1	1
Valor da maior remuneração	600.000,00	745.209,00	949.785,60	640.000,00	862.430,00	1.061.832,00
Valor da menor remuneração	70.224,00	91.224,00	154.224,00	640.000,00	862.430,00	1.061.832,00
Valor médio da remuneração	246.816,00	325.552,33	419.411,20	640.000,00	862.430,00	1.061.832,00

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, e consequências financeiras para o emissor

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2017	2016	2015
Conselho de Administração	53,64%	53,11%	51,55%
Diretoria Estatutária	46,36%	46,89%	43,50%
Total	100,00%	100,00%	95,05%

13.14. Indicação dos valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nenhum membro do Conselho da Administração e da Diretoria Estatutária recebeu da Companhia remuneração por quaisquer serviços, razão que não a função que ocupam.

13.15. Indicação dos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não se aplica a Companhia.

13.16. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes adicionais àquelas já mencionadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE **SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
Rio do Sul - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB .

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2017 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 82.491 mil (R\$ 123.205 mil em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 31.747 mil (R\$ 68.485 mil em 31 de dezembro de 2016). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de

insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

. Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 82.491 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 31.747 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação no mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2017), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2016 e 2017, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 19.387 mil (R\$ 17.570 mil em 31.12.2016). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 914 mil (R\$ 1.219 mil em 31.12.2016). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 187 mil (R\$ 940 mil em 31.12.2016). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado possa ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 10, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 102.079 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contém premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 14, 15 e 16, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento, bem como, diversos tributos parcelados junto a Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 167.968 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

. Consolidação programa de recuperação fiscal

Conforme descrito na nota explicativa 16, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

. Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive

as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville (SC), 26 de janeiro de 2018.

ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
CNPJ 85.778.074/0001-06 - NIRE 42300008478
COMPANHIA ABERTA - RIO DO SUL – SC

PROPOSTA A SER SUBMETIDA A AGO EM 27/04/2018

Prezados Senhores,

Nos termos dos artigos 12 da Instrução nr. 481/09, comunicamos que:

1. Destinação do resultado do exercício: a Companhia não apresenta as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM Nº 481/09, pois não distribuirá dividendos em razão do prejuízo acumulado;
2. Aprovação do plano orçamentário de 2018: conforme planejamento estratégico 2018-2022;
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração;
3. Fixação da remuneração global dos Administradores: a proposta para remuneração dos administradores no ano de 2018, está assim composta:

Diretoria (global)	780.000,00
Conselheiros (global)	1.160.448,00
TOTAL	1.940.448,00

No ano de 2017, a remuneração ficou assim composta:

Diretoria (global)	600.000,00
Conselheiros (global)	740.448,00
TOTAL	1.340.448,00

Colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas existentes.

Atenciosamente,

João Stramosk
Diretor de RI